

EXERCÍCIOS NO CADERNO DE CALIGRAFIA: DESENVOLVENDO A ESCRITA PERFEITA E AS VIRTUDES MORAIS

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas*
anagbueno@uol.com.br

Palavras-chave: *práticas educativas, cultura escolar, educação feminina*

Apresentação

Encontrado na lata do lixo da cidade de Itabaianinha, município do interior de Sergipe, o Caderno de Caligrafia de Afra Vieira dos Santos¹, mede 25,5 x 32,0 cm, não possui capa e tem 15 páginas escritas na frente e no verso. Datado de março a maio de 1917, através dele foi possível acompanhar o processo de letramento vivenciado pela sua autora na Aula Pública de Itabaianinha.

Suas práticas de escrita foram devidamente avaliadas com notas que variam de quatro a seis. Os textos revelam a necessidade do aprendizado da forma correta de grafar as letras maiúsculas e minúsculas, bem como os números de um a dez, os nomes dos estados e capitais do Brasil. Os deveres dos alunos, a obediência aos pais e mestres, noções de civilidade e boas maneiras, o amor à pátria, e as virtudes morais são expressos como conteúdos de pequenos trechos a serem exercitados pela autora do caderno.

Esta investigação fundamenta-se nos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e da História da Educação, utilizando as categorias de representação e apropriação de Roger Chartier. Evidencia-se também nos exercícios do caderno virtudes e valores específicos para meninos e meninas e aspectos voltados aos valores republicanos para educação das primeiras décadas do século XX.

O ensino para meninas em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX: cultura escolar e representações

As representações sobre a educação e a escolarização feminina veiculadas nos jornais de Aracaju, no período investigado foram muito significativas, em especial os anúncios e os registros minuciosos das festas escolares realizadas no final do ano letivo. Estes últimos informavam não apenas a listagem nominal das alunas, como também o resultado do aproveitamento escolar, a composição da banca examinadora e os conteúdos ministrados durante o ano. Como uma “vitrine de talentos”, as jovens

* Professora Adjunta do Departamento de Educação e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação Vice-Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Em História da Educação: intelectuais da educação, instituições educacionais e práticas escolares

executavam peças musicais e declamavam poesias, além de apresentarem ao público os trabalhos manuais e as pinturas realizadas.

No Jornal “Correio de Aracaju”, no período de 1906-1908, no tocante a escolarização feminina, os anúncios das escolas femininas particulares, dividiam espaço com registros minuciosos das festas realizadas nestes estabelecimentos, identificamos escolas particulares femininas e mistas. Apareceram citados: o “Collegio Bôa Esperança” (instituição de ensino feminino, dirigido por Mariana Braga); o “Collegio Nossa Senhora de Lourdes” (internato e externato feminino, dirigido pela Irmã Thèophanes, da Congregação das Irmãs Sacramentinas); a “Escola Americana” (ensino primário misto, presbiteriano, dirigida por Jovina Moreira); o “Collegio Santa Cruz – internato e externato” (ensino primário misto, dirigido por Maria Madalena de Santa Cruz e Santos), “Escola Primária de Sergipe” (ensino primário misto – dirigido por Alexandre José Teixeira e sua esposa); “Collegio Nossa Senhora Sant’Anna” (dirigido por Quintina Diniz), “Externato Zizi Góes” (ensino primário e secundário feminino - dirigido por Balthazarina Góes, com o auxílio de seu pai o Prof. Catedrático do Atheneu Balthazar Góes) todos estes localizados em Aracaju; e o “Internato Santa Cecília” (internato feminino, dirigido por Cecília Curvello) em Laranjeiras.

No início do ano civil, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro, estas instituições publicavam anúncios sobre o início das aulas, o preço das mensalidades, descontos, as disciplinas ministradas, a forma de organização do currículo e características gerais de funcionamento das escolas.

No final do ano, eram noticiadas as festas escolares que antecediam as férias, momento de realização dos exames públicos orais e escritos, sob a coordenação de uma banca examinadora, formada por educadores ilustres da cidade, e autoridades governamentais e também espaço recreativo e sócio-cultural, onde as alunas apresentavam peças dramáticas e musicais, e representavam textos literários. Um dos pontos altos destas comemorações eram as exposições dos trabalhos manuais, com grande variedade de estilos, trabalhos em tricô, crochet, pinturas, flores artificiais, bordados, tapeçaria, rendas, entre outros.

Foi possível apreender que a “formação própria para o seu sexo” indicada para as meninas e jovens sergipanas, nos colégios particulares, na primeira década do século XX envolvia um processo rico de associação entre escolarização e desenvolvimento de habilidades diversas. Preparadas para cumprir os papéis tradicionais, como boas donas de casa e mães exemplares, os conhecimentos e competências adquiridas também permitiram um certo grau de emancipação para as jovens. A preparação para o magistério, profissão socialmente indicada para as mulheres, neste período, o domínio de técnicas sofisticadas de trabalhos manuais, e a aprendizagem musical, lhes possibilitariam ministrar cursos particulares ou desenvolver prendas para a comercialização.

Verificando as concepções mais utilizadas acerca da cultura escolar, no campo da História da Educação, percebemos que elas envolvem não apenas os ritos, as normas, os valores, mas também as práticas, os materiais e os significados. Antonio Vinão Frago (1998, p.12) esclarece que a cultura escolar é composta pelo: “conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizam a escola como organização. Inclui práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos, a história cotidiana do fazer escolar – objetos materiais - , função, uso distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, introdução, transformação, desaparecimento... – e modos de pensar, bem como significados e idéias compartilhadas.”

Para Dominique Julia (2001, p.15), a cultura escolar pode ser traduzida por:

um conjunto de normas que definem os saberes a ensinar e as condutas a inculcar e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, saberes e práticas estão ordenadas de acordo com as finalidades que podem variar segundo as épocas, as finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização. Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional, os agentes que são obrigados a obedecer a essas normas e, portanto, a pôr em obra os dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar a sua aplicação, a saber os professores. (JULIA, 2001, p.15)

Rosa Fátima de Souza (2000, p.7) salienta que “ a investigação histórica da cultura escolar compreende um amplo e renovado programa de pesquisa, do qual emergem e entrecruzam-se outros campos de investigação e temáticas, tais como: a história da leitura, das disciplinas escolares, do currículo, da profissionalização docente, da alfabetização, dos métodos de ensino, entre outros.

A partir destas concepções e das fontes pesquisadas priorizamos perceber como a cultura escolar aparece representada e apropriada, no caderno de caligrafia pesquisado. A representação permite, segundo Chartier:

articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas o pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, classe ou da comunidade.” (CHARTIER, 1990, p.23)

Neste sentido a escolha da instituição escolar para a educação das jovens sergipanas se construiu nas primeiras décadas do século XX, de forma estratégica, visando inculcar padrões de formação, valores e saberes que produziam e eram produzidas por representações do ideal de “moça prendada” naquele período.

Como ressalta Chartier (1990), no estudo das representações é preciso perceber o processo de apropriação que é elaborado pelos diferentes grupos sociais, assim “a apropriação, tal como a entendemos, tem por objectivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas e as produzem. (1990, p.23)”.

O caderno de Afra Vieira dos Santos, neste estudo, serviu como um dispositivo de compreensão das práticas e dos projetos de formação feminina, engendrados nas escolas públicas e privadas em Aracaju, na passagem do século XIX para o século XX. Como indica Mignot, os cadernos escolares, objetos presentes há muito tempo no cotidiano das nossas escolas e das práticas educativas mesmo não formais possibilitam um intenso diálogo com o processo formativo vivenciado no passado:

Estamos tão acostumados com os cadernos escolares que não nos damos conta de sua história, que se entrecruza com a história da educação. Passamos por eles despreocupadamente, sem enxergar que

falam dos alunos, dos professores, dos pais, dos projetos pedagógicos, das práticas avaliativas, dos valores disseminados em palavras e imagens, bem como das prescrições e interjeições que conformam a sua produção, sua circulação e seus usos. (MIGNOT, 2008, p.7)

O Caderno de Caligrafia de Afra Vieira dos Santos foi produzido em uma escola pública no interior de Sergipe, em 1917, no entanto o que verificamos na investigação sobre a imprensa sergipana foi uma sensível diferença no espaço dado às escolas particulares em detrimento dos estabelecimentos públicos de ensino. Os anúncios e registros de festas são densos e minuciosos no caso das escolas particulares, mas percebe-se também um esforço do poder público local na criação de escolas para meninas principalmente na segunda metade do século XIX. Assim para o estudo dos dispositivos presentes no caderno de Afra, consultamos também a imprensa, a legislação e a historiografia sergipana sobre a instrução feminina.

Em Sergipe, as primeiras aulas públicas de primeiras letras abertas para meninas surgiram em 1831, nas cidades de São Cristóvão (SE), Estância (SE), Laranjeiras (SE) e Própria (SE). Em 1834, funcionavam 29 escolas de primeiras letras, das quais 25 eram masculinas e as 4 femininas. No tocante ao ensino secundário, funcionavam, neste mesmo ano, 12 aulas públicas que atendiam apenas aos alunos homens (NUNES, 1984, p.47). O ensino secundário era voltado para a preparação dos alunos aos exames de acesso às Academias Imperiais. Estas não permitiam o acesso das mulheres.

O ensino primário público feminino em Aracaju segundo Calazans (1949/1951, p.109-112) tem início com a implantação das cadeiras de primeiras letras para meninas. Segundo o citado autor, “três cadeiras foram criadas e se mantiveram com real aproveitamento”. A primeira delas iniciou seu funcionamento em 1855, tendo como primeira professora Josefa Maria Trindade (esta cadeira foi visitada pelo Imperador, em 1860), foi a única a receber meninas até 1868, quando foi criada a segunda cadeira provida pela Professora D. Ana Saturnina de Rezende Mundim. A terceira surgiu em 1870, ocupada pela Professora Francina da Glória Muniz Teles.

Josefa Maria Trindade e também a D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança (fundadora do Colegio N. S. Sant’Anna em Laranjeiras, em 1848) foram destacadas: “é justo ressaltar que a professora de Aracaju, como também a D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança e algumas outras destacadas figuras do magisterio feminino contribuem, relevantemente, para o levantamento do nível do preparo intelectual da mulher sergipana do século passado.” (CALAZANS, 1949/1951, p.110)

Em 1860, em Sergipe, existiam 66 escolas públicas de primeiras letras, 23 femininas e 43 masculinas, que atendiam a um total de 2.636 alunos. As escolas particulares de primeiras letras eram 10, apenas uma feminina, e estas atendiam a 423 alunos. Em 1870, estavam em funcionamento no Brasil 2602 escolas públicas de primeiras letras, enquanto que em Sergipe eram 100, das quais 69 masculinas e 31 femininas (NUNES, 1984, p.99-106).

Ao longo das últimas décadas do Império, o crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas no mesmo período favoreceram o acesso das meninas e jovens aos bancos escolares, embora não sendo suficiente para alterar a concepção vigente que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. A educação escolar objetivava prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais (LOURO, 1997, p.446). Serem boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente construído para elas, que exigia uma moral sólida e bons princípios.

O discurso da implantação das escolas mistas, realizado pelo poder público, era, veemente e estratégico: veemente, na afirmação do caráter imprescindível e da urgência dessa inovação para a rede escolar pública; estratégico, quando mesmo reconhecendo a importância desta inovação, a propôs apenas para os lugarejos e os locais marginais na estrutura hierárquica de escolas públicas (LOPES, 1999, p.96).

No caso do Piauí e de Sergipe, como em outras províncias, a co-educação nas cadeiras do ensino primário, como medida de economia, foi um fator preponderante para a opção pelas professoras e conseqüente “expulsão dos homens dessa ocupação”, tendo como fundamento “ a construção do ideal de professora como um misto de mãe afetuosa e moralizadora oficial, além também, de que com elas poderia se rebaixar ainda mais os salários da profissão” (LOPES, 1999, p.100).

No tocante ao ensino secundário, no Brasil e em Sergipe, os colégios privados de orientação laica ou religiosa tiveram papel relevante nas últimas décadas do Império. Sem estarem sujeitos, inicialmente, a qualquer inspeção governamental, esses estabelecimentos, estimulados pela concorrência, formavam a vanguarda do pensamento educacional pela adoção de modernas técnicas de ensino, pelo impulso dado ao estudo da ciência e pela ênfase emprestada às línguas modernas². As jovens que freqüentavam estes colégios, como alunas internas ou semi-internas, objetivando ampliar seus estudos, recebiam um programa diferenciado, com seus currículos organizados de forma a atender o desenvolvimento de habilidades e atitudes femininas (RIBEIRO, 1996, p.164). O ensino de Música, Línguas Estrangeiras e Trabalhos Manuais estava presente. Estas instituições não viam a necessidade de prepará-las para os cursos superiores, ainda considerados impróprios para as mulheres no final do Império.

O início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. Novas exigências são colocadas para as mulheres, que desde jovens devem ser preparadas para assumir o papel de educadora no lar. Os discursos liberais insistiam na escolarização primária da mulher e valorizavam como campo de atuação feminina, o espaço doméstico³.

O acesso à escolarização considerado uma conquista principalmente para as mulheres, pode ser compreendido também como distinção. Segundo Bourdieu (1974),

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a ‘distinção’ – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem ‘como cultura’ [...] a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (BOURDIEU, 1974, p.221)

Associada à educação familiar, freqüentar um colégio de prestígio possibilitava novas dimensões de aprendizagem, estabelecidas no contato com outras jovens e com os professores.

No ano da Proclamação da República, Sergipe já contava com 172 escolas de primeiras letras, sendo 78 masculinas, 20 femininas e 74 mistas. Em relação ao número de alunos atendidos, percebe-se que a presença das alunas já corresponde quase à

metade do total dos alunos atendidos: as meninas eram 2.550, os meninos eram 2.569, totalizando 5.119 matriculados (NUNES, 1984, p.158).

Apesar da co-educação ser condenada durante toda a Primeira República por muitos educadores e legisladores, geralmente baseados em argumentos morais, tendo em vista os riscos de aproximação entre os sexos, esta medida acabou sendo adotada muito mais por questões econômicas e em escolas localizadas em municípios distantes da capital e dos centros urbanos mais importantes. A medida, além de ampliar o acesso das meninas à educação pública, permitiu maior espaço para o exercício do magistério às professoras, no restrito ambiente da sala de aula.

Ao longo das primeiras décadas do século XX observamos a ampliação das oportunidades de escolarização para crianças e jovens em Sergipe. O ensino público a partir do final da década de 1920, com a criação dos grupos escolares na capital e no interior, iniciou um processo de consolidação.

As Mensagens Presidenciais e Governamentais⁴ do início do século XX, em sua maioria, relatavam aspectos relacionados aos estabelecimentos públicos de ensino, como reformas na estrutura física, compra de equipamentos e material didático, contratação e nomeação de docentes, alterações na estrutura curricular ou mesmo na duração dos cursos, entre outros. Iniciavam-se geralmente ressaltando as mazelas do ensino local, reclamando da falta de recursos e terminavam mostrando que, apesar de todas as dificuldades, ainda foram possíveis grandes realizações.

Nesses textos, foram recorrentes as críticas à política de apadrinhamento dos professores, que são nomeados por indicação, sem muitas vezes possuírem as qualificações necessárias, e além disso, a falta de compromisso dos docentes com o “nobre sacerdócio do magistério”.

A matrícula nas aulas públicas no ano de 1900⁵, totalizava 7023 alunos, sendo a frequência média 4682 alunos. Em relação à divisão por sexo, pode-se dizer que era praticamente equivalente: a matrícula do sexo masculino era 3357 e do sexo feminino era 3666. Sobre a frequência os dados são os seguintes: 1767 alunos e 2915 alunas. Nas aulas particulares, neste mesmo ano, foram matriculados 290 alunos, dos quais 208 do sexo masculino e 82 do sexo feminino⁶. Alguns indicativos desta Mensagem merecem destaque: o número elevado de escolas mistas regidas por professoras, tendência já comentada anteriormente, maior matrícula e maior frequência proporcional das alunas em relação aos alunos e a importância das aulas particulares no tocante à educação feminina⁷.

Em 1903, o Presidente do Estado Josino de Menezes (1903) apresentou alguns argumentos oficiais em relação à existência das cadeiras mistas:

É muito mais razoável que uma professora ensine meninos até a idade de oito annos, do que um professor meninas de qualquer idade. [...] A população escholar feminina superabunda e prepondera: d’ahi a razão das escholas mixtas, que não obstante, se há entendido por escholas simultaneas ou promiscuas, onde o ensino não é alternado em duas sessões diarias – uma para meninas e outra para meninos. Não devendo ficar as escuras povoados de crescida população escholar, o Governo mantéem taes escholas. Entretanto, devido as condições financeiras do Estado, quantos povoados carecem de escholas publicas! (Mensagem do Presidente Josino Menezes, 1903, p.15)

Em termos da ampliação do ensino público primário, o Presidente Josino Menezes (1903, p. 20) indicava os seguintes dados: 197 aulas sendo 86 do ensino misto,

56 do sexo feminino e 55 do sexo masculino, distribuídas pelo Estado da seguinte forma: 22 nas cidades; 54 nas vilas e 77 em povoados. A matrícula total nestas escolas foi de 6747 alunos, sendo 3247 do sexo masculino e 3500 do sexo feminino. A frequência não era apresentada dividida por sexo, mas apenas o total de 4498 alunos. A matrícula na Escola Normal foi de 15 alunas no primeiro ano, 18 alunas no segundo ano e 35 no terceiro ano. No Atheneu estavam matriculados 106 estudantes.

A tendência observada anteriormente se mantém apesar da diminuição do número de cadeiras públicas e da diminuição da diferença entre a matrícula dos alunos e das alunas. Não foram apresentados dados acerca da situação nos estabelecimentos privados. A diferença entre o número de matriculados e de alunos que freqüentavam ainda era expressiva.

Na Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória (1910, p.7-8), não foi encontrada uma estatística detalhada como nas outras Mensagens citadas, mas foram feitas muitas referências à falta de recursos para melhorar o ensino no Estado. Duas das necessidades prementes apontadas por ele eram a contratação “fora do Estado de pessoa competente que viesse remodelar o nosso ensino, atrasado em methods, o que inutiliza em grande parte os esforços dos dedicados” e a construção de grupos escolares ao menos na Capital.

Neste período de consolidação da República, a criação de grupos escolares estava vinculada à tentativa de renovação da escola primária, tendo em vista os ideais republicanos de democratização do acesso a leitura e a escrita, aspectos necessários e cada vez mais valorizados nas sociedades urbanas⁸. São Paulo, neste período representava a vanguarda do pensamento pedagógico brasileiro⁹, como indicam os estudos de Souza (1998, p.19-62), não só porque havia começado a criação dos grupos escolares ainda no final do século XIX, mas porque conseguiu implantar com sucesso iniciativas de educação popular de repercussão social e política.

Em 1911, a Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória (1911, p.50-51) ressaltava seus grandes feitos¹⁰, entre eles a criação de grupos escolares na capital e em outras cidades, e a contratação do Dr. Carlos da Silveira, professor paulista, para dirigir a Escola Normal e o Grupo Escolar Modelo. Sobre os grupos escolares, ele ressalta:

Fiz logo um grupo modelo na Escola Normal, representando o que de melhor se tem adoptado no ensino primario, sendo que as escolas isoladas hão de permanecer por não ser possivel acabar com ellas. A aula em casa do professor é commodo para este em prejuizo do ensino; os misteres domesticos são attendidos em preferencia aos trabalhos do magistério (1911, p.50-51).

Em Sergipe, as informações do General José Siqueira de Menezes (1913, p.15-17) ofereceram um quadro sobre a evolução do sistema de ensino da época. O ensino primário foi organizado por Grupos Escolares e Escolas Singulares. Na capital, encontrava-se, em funcionamento um Grupo Escolar Modelo¹¹, anexo à Escola Normal, um Grupo Escolar Central¹² e uma escola singular modelo, além de 11 escolas singulares. Nas outras cidades do Estado, eram 62 escolas singulares e nas vilas 43, nos povoados somam 98. Na Escola Normal, 116 alunas matriculadas, 71 no primeiro ano, 20 no segundo e 25 no terceiro. No Atheneu, 47 alunos estavam matriculados no curso integral, tendo uma média de 11 alunos em cada turma com exceção do 5º ano (último) que havia apenas 2 matriculados.

No início da década de 1920, mais quatro grupos escolares estavam em funcionamento na cidade de Aracaju, atendendo alunos e alunas: o Grupo Escolar General Valladão, o Grupo Escolar Barão de Maruim, o Grupo Escolar Dr. Manuel Luiz e o Grupo Escolar Augusto Ferraz. A modernização da escolarização feminina em

Sergipe aconteceu aliada à criação e expansão dos grupos escolares não apenas na capital mas também no interior do Estado¹³.

O caderno de Caligrafia de Afra Vieira dos Santos

O caderno é composto por 27 lições de caligrafia todas datadas e avaliadas de 04 a 06. Os textos são escritos com caneta tinteiro e variam de 03 a 08 linhas, as notas foram escritas a lápis. Ao final de cada lição há o nome de um estado e de uma capital do país, bem como em sua maioria a seqüência dos números de 1 a 0, acompanhadas do cifrão (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 0 \$). No final aparece o nome de Afra Vieira dos Santos.

A maioria dos textos é realizada em prosa e em alguns poucos casos em verso. Os exercícios tratam de assuntos da História de Portugal, Brasil e Sergipe, mas em maior quantidade se referem a temas morais, valores e virtudes como: obediência, paciência, asseio, pontualidade, assiduidade, respeito, patriotismo, entre outras. Segue abaixo o quadro com os títulos das lições, a data e a nota.

Quadro I – Disposição das datas, títulos das lições e notas do Caderno de Caligrafia de Afra Vieira dos Santos (1917)

Data	Título	Nota
12 de março de 1917	A Pátria	6
13 de março de 1917	Deveres do menino relativos a escola: assiduidade	6
15 de março de 1917	Necessidade de paciência	6
16 de março de 1917	Uma lucta de morte ¹⁴	6
19 de março de 1917	Necessidade de paciência	4
20 de março de 1917	O caminho direito	5
10 de abril de 1917	O último adeus...	5
22 de março de 1917	Fundação do Reino de Portugal	4
.... de março de 1917	Ave Maria	5
26 de março de 1917	O asseio	5
27 de março de 1917	O doutorzinho	5
29 de março de 1917	O achado	5
30 de março de 1917	Ingenuidade	5
16 de abril de 1917	A madrugada	5
19 de abril de 1917	A sabbatina	5
24 de abril de 1917	Amor e ciúme	6
26 de abril de 1917	Reforma da Constituição	4
27 de abril de 1917	O sonho de Alice	5
30 de abril de 1917	A propaganda	6
7 de maio de 1917	A economia	6
8 de maio de 1917	Perseverança	6
10 de maio de 1917	O poder judiciário	Sem nota
14 de maio de 1917	O anniversario do vovô	5
15 de maio de 1917	A flor	5
21 de maio de 1917	Trabalhos escolares	5
22 de maio de 1917	O sapo	5
24 de maio de 1917	O vapor	6
28 de maio de 1917	Precisa-se	5

Fonte: Caderno de Caligrafia de Afra Vieira dos Santos

Como pode ser percebido as lições são quase diárias com exceção de alguns períodos que podem coincidir com feriados religiosos como Semana Santa e Páscoa (intervalo entre março e abril), ou mesmo a ausência motivada por doenças ou outra impossibilidade de frequentar a aula pública.

Para este estudo selecionamos alguns exercícios para análise verificando principalmente os valores e virtudes prescritos. A última lição intitulada “Precisa-se” (28 de maio de 1917) propõe: “Ora aqui está um annuncio, que (?) encontra frequentemente nos jornaes. Mas qual o menino, que satisfaz a taes condições? Um menino activo é o que, de bôa vontade; faz tudo quanto se lhe incumbe, e que se não desalenta diante da menor difficuldade com que depare.”

A obediência, a assiduidade, a perseverança e a paciência aparecem de forma recorrentes nas páginas do Caderno de Caligrafia, como podemos perceber através da seqüência de lições abaixo:

Deveres do menino relativos a escola.

1: Assiduidade

O primeiro dever do menino estudante é a assiduidade, isto é, comparecer diariamente na escola, e não deixar de applicar-se ao estudo do modo mais conveniente, q. seu professor lhe dirá, relativamente a cada uma das materias estudadas. O menino é como uma planta preciosa q. o mestre deve cultivar. (SANTOS, Afra Vieira dos. Caderno de Caligrafia. lição de 13 de março de 1917. Itabaianinha, 1917, p.2)

Necessidade da paciencia

A coragem não consiste somente em agir, mas ainda em soffrer, em supportar nobremente sem abatimento e sem revolta, os males que Deus nos envia. Está coragem moral chama-se paciencia, e nada e mais necessario, mais util na vida que a paciência. (SANTOS, Afra Vieira dos. Caderno de Caligrafia. lição de 15 de março de 1917. Itabaianinha, 1917, p.3)

Necessidade da paciencia

E' necessario exercitar desde cêdo a paciencia, e todavia as meninas são, em geral; pouco pacientes. Habitudas á serem servidas, cuidadas, amimadas, quase obedecidas, - não sabem esperar, supportar, soffrer! Ouvi, portanto os conselhos, da experiencia caras meninas, os dias risonhos da juventude dourados pelos raios do sol da esperança, passam rapidamente; e o futuro nos reserva difficuldades, provações, decepções, desgraças (quem sabe?) diante das quaes achar-vos-eis sem força para a lucta se desde cêdo vos não habituades a ter paciencia. (SANTOS, Afra Vieira dos. Caderno de Caligrafia. lição de 19 de março de 1917. Itabaianinha, 1917, p.5)

O doutorzinho

Alberto apanhou uma constipação e, por isso a sua mamãe não o deixava sobir para o quintal. Estava na sala fazendo casinhas de cartas, vendo pinturas, e ouvindo historias, mas ficou logo aborrecido. O que elle queria era sobir.

Mas a mamãe não deixava e elle não gostava de aborrecer a mamãe.
(SANTOS, Afra Vieira dos. Caderno de Caligrafia. lição de 27 de março de 1917. Itabaianinha, 1917, p.11)

A preocupação com lições específicas para meninas, como o caso da paciência, também é outra recorrência no Caderno de Caligrafia, é possível refletirmos neste caso em como estas lições para “boa escrita” também inculcavam valores e virtudes nas meninas em processo de escolarização.

O asseio

A desatenção no asseio e na compostura de seus trajés, na sua pessoa nas suas palavras e acções, anda ordinariamente na menina reunida a falta de applicação aos trabalhos escolares. A menina preguiçosa, não cuidadora do que é seu e de seus deveres, é fatalmente turbulenta perturbadora da ordem que devem existir na escola: não perde occasião de conversar, de destrahir suas collegas do comprimento de seus deveres, se é que muitas vezes não lhes causa grande incommodo. (SANTOS, Afra Vieira dos. Caderno de Caligrafia. lição de 26 de março de 1917. Itabaianinha, 1917, p.11)

O sonho de Alice

“Eu não sabia que iam ter uma partida” disse Alice;” mas, se vamos, parece q é preciso convidar alguém”.

“Nós lhe demos tempo para fazel-o,” observou a Rainha Vermelha; o mas o que parece é que a Senhora ainda não teve lições etiqueta.”

As lições não ensinam etiqueta nenhuma, disse Alice. (SANTOS, Afra Vieira dos. Caderno de Caligrafia. lição de 27 de abril de 1917. Itabaianinha, 1917, p.11)

A última lição citada parece ser tirada do livro “Alice no país das Maravilhas” de Lewis Carroll. O padrão de conduta prescrito pelas lições para as meninas, neste Caderno de Caligrafia, envolve além de paciência (muita paciência), etiqueta, asseio, responsabilidade, cumprimento dos deveres, silêncio, recato, entre outros.

E afinal Afra dos Santos Vieira, teria aprendido bem estas lições? Como teria sido sua trajetória de vida? Em que medida os registros destes exercícios formaram sua conduta? Teria sido como indica uma das lições “habituada a ser servida, cuidada, amimada, quase obedecida, - não sabendo esperar, suportar, sofrer!”, ou quem sabe era “turbulenta perturbadora da ordem”, ou ainda “cumpridora de seus deveres”? Estas perguntas ainda não podemos responder, mas estamos ainda em processo de investigação em busca de mais informações sobre a autora do caderno, até o momento sabemos que ela foi uma importante liderança religiosa em Itabaianinha.

Como aponta Viñao Frago , o caderno escolar “um documento que a respeito de seu caráter disciplinado e regulado, permite entrever, em ocasiões, a “personalidade” do aluno, além de inculcar referências a si mesmo, a seu mundo familiar e a seu entorno social.” (FRAGO, 2008, p.16) Pensamos portanto que os cadernos escolares poderiam contribuir de forma significativa para os estudos biográficos no campo da História da Educação.

Considerações Finais

Nossa intenção preliminar com este estudo era estabelecer aproximações entre as práticas de escolarização feminina vivenciadas na passagem do século XIX para o século XX e a cultura escolar experimentada pelas meninas nestes processos formativos. Para tanto o uso da imprensa, dos anúncios de escolas, da legislação e também do Caderno de Afra Vieira dos Santos.

Mesmo tendo sido abandonado em uma lata de lixo, percebe-se que ele expressa uma grande potencialidade para a investigação dos exercícios da “boa escrita” e dos dispositivos representados/apropriados de “boa conduta” prescritos para as meninas do início do século XX.

Nas escolas primárias públicas e particulares, mistas ou femininas, as meninas começam a ser maioria no final do século XIX, em Sergipe, a presença delas exige também formação/atuação mais intensiva das professoras, alterando o cotidiano e as práticas escolares. As perguntas ainda não respondidas servem de desafio para novas investigações em torno do registro do cotidiano escolar e o processo de incorporação de valores e virtudes deste período.

¹ Agradeço a gentileza da cessão do Caderno de Caligrafia de Afra Vieira dos Santos à Profa. Amanda Maíra Steinbach.

² Sobre este aspecto conferir os estudos realizados por: Ribeiro (1996) e Lopes (1997).

³ Entre outros estudos sobre o tema, conferir: Bernardes (1988) e Lopes (1997).

⁴ As Mensagens Presidenciais e Governamentais, juntamente com os estudos sobre história da educação em Sergipe, foram as fontes privilegiadas para a análise quantitativa da matrícula das jovens sergipanas nas escolas públicas e particulares.

⁵ Cf. A Mensagem do Presidente Monsenhor Olímpio Campos de 1900. (1900, p.9-10).

⁶ As estatísticas apresentadas sobre o número de escolas e alunos matriculados, mesmo sob suspeita, tendo em vista os instrumentos utilizados na época e a forma de produção e organização dos dados, servem de parâmetro para visualizar a participação das escolas públicas e particulares na escolarização feminina no período.

⁷ Em relação aos dados dos estabelecimentos de ensino particular, é bem provável que nem todos os estabelecimentos tenham apresentado relatórios de matrícula.

⁸ Cf. Souza (1998, p. 19-62).

⁹ Outra evidência sobre a importância que o estado de São Paulo, em termos de educação, exercia sobre Sergipe, neste período, pode ser percebida através do anúncio de livros educativos, produzidos por autores paulistas e comercializados em Aracaju, pela Livraria Brasileira. “A Livraria Brasileira acaba de receber variado sortimento de livros para instrução primaria, todos adoptados em São Paulo e outros estados do Sul. São Livros que merecem bem o fim a que se destinam e com certeza o professor não os recusará em sua aula. 1º, 2º e 3º livros de Leitura de Arnaldo Barreto e R. Puiggari a 1\$500; 2\$000 e 2\$500; 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Livros de Leitura de João Cöpke (série Rangel Pestana) a 1\$500; 2\$000 (2º e 3º), 3\$000 e 4\$000; Livro de exercícios de João Ribeiro, organizados para servirem no curso elementar primario da Grammatica Portuguesa do auctor, 1\$200; Leitura Manuscrita, por B.P.R., 1\$500; Cartilha das Mães, por Arnaldo Barreto (primeiras lettras, 1\$000); Cartilha Infantil por Arthur Thiré, \$500. Arithmetica dos Principiantes, por Arthur Thiré, 1\$500; Geographia Elementar, por Arthur Thiré, 2\$000; Minha primeira viagem à volta ao mundo, com 222 gravuras, traduzido por Carlos de Laet, de leitura fácil e instructiva, 3\$500. Também temos sortimento de todos os livros para a instrução primaria e secundaria adoptados neste Estado. Fazemos grandes redução aos srs. Revendedores. Rua da Aurora, 65. Aracaju.” (Correio de Aracaju, 13 de fevereiro. Ano III, n.131, p.3. col. 4.). Este mesmo anúncio se repetiu no Correio de Aracaju, em números subsequentes nos meses de fevereiro e março de 1908. Na década de 20 e 30, alguns professores sergipanos foram enviados para São Paulo, a fim de conhecerem as novas experiências pedagógicas e aprimorarem seus conhecimentos, para que retornando a Sergipe, pudessem colocá-los em prática, entre eles, Abdias Bezerra, José Augusto da Rocha Lima e Penélope Magalhães dos Santos.

¹⁰ Entre os grandes feitos, além dos citados, a Mensagem abordava a importação dos Estados Unidos de 500 cadeiras automáticas da American Seating Company e a limitação para contratação de professores para as cadeiras do ensino primário de normalistas formados na Escola Normal. Também estabeleceu o

ensino primário obrigatório, transferiu professores, suprimiu disciplinas do Atheneu e da Escola Normal. Cf. Mensagem Presidencial de José Rodrigues da Costa Dória (1911, p.50-51).

¹¹ O Grupo Escolar Modelo anexo à Escola Normal era destinado ao sexo feminino e constava de 4 aulas relativas aos 4 anos. Mensagem Presidencial do General José Siqueira Menezes (1913, p.15-17).

¹² O Grupo Escolar Central era composto de 8 turmas de alunos, quatro para cada sexo e funcionava em dois turnos, manhã e tarde. Mensagem Presidencial do José Siqueira de Menezes (1913, p.15-17).

¹³ Maiores informações sobre a escolarização feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX, consultar FREITAS (2003a; 2003b)

¹⁴ A grafia dos títulos e dos textos do caderno foi mantida seguindo a normatização da época.

Referências bibliográficas

BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de ontem?** Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju 1830-1871. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.20. V. XV. Aracaju; Livraria Regina, 1949/1951. pp.96-120.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa (1920-1950). São Cristóvão: UFS, 2003a.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política: sergipanas nas primeiras décadas do século XX**. Campinas: Faculdade de Educação/UNICAMP, 2003b. (Tese de Doutorado)

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. N.1. Campinas: Editora Autores Associados/SBHE, janeiro/junho, 2001. p.9-43.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Imagens do masculino e do feminino: co-educação e profissão docente no Piauí (1874-1910) In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. pp. 95-110.

LOPES, Silvana Fernandes. **A formação feminina na sociedade brasileira do século XIX: um exame dos “modelos” veiculados pela literatura de ficção**. Campinas, FE/UNICAMP, 1997. (Dissertação de Mestrado)

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (orgs.) Um objeto quase invisível. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (orgs.) **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p.7-13

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. **A escola americana: origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913)**. São Cristóvão: UFS, 2004.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na História**. Aracaju: s.n.t., 1994.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence em Campinas, 1863-1889**. Campinas: Área de Publicações Centro de Memória/UNICAMP, 1996.

SOUZA, Rosa Fátima de . Um itinerário de pesquisa sobre cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius da (org.) **Ideário e Imagens da Educação Escolar**. Campinas: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000. p.3-27.

VIÑAO, Antonio. Os cadernos escolares com fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográfico. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. (orgs.) **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p.15-34.

Fontes Manuscritas

SANTOS, Afra Vieira dos. Caderno de Caligrafia. . Itabaianinha, 1917.

Fontes impressas

Jornal Correio de Aracaju. Aracaju, 1906-1908; 1954.

Documentos Oficiais consultados – Mensagens de Presidente e Governadores de Estado

SERGIPE. Mensagem do Presidente Monsenhor Olímpio Campos. 1900.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Josino de Menezes. 1903.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Josino de Menezes. 1904.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. 1910.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. 1911.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Siqueira de Menezes. 1913.

SERGIPE. Mensagem do Presidente General Manoel P. de Oliveira Valladão. 1915.

SERGIPE. Mensagem do Presidente General Manoel P. de Oliveira Valladão. 1916.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Coronel Joaquim Pereira Lobo. 1920.